



O Mundo do Trabalho

Construir Mercados que Produzam Empregos

Relatório - OIT

(Uma Breve Síntese - Gabinete Técnico da UGT)



Preâmbulo

Este documento pretende sumarizar o Relatório “World of Work 2011” do *International Institute for Labour Studies*, instituto criado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 1960, como um centro autónomo para estudos avançados no campo social e do trabalho. O World of Work 2011 (Mundo do Trabalho 2011) visa fornecer princípios base para o desenvolvimento de políticas e directivas práticas para programas de índole local, nacional e global.

Este Relatório, que nesta edição de 2011 escolheu como temática central “Construir Mercados que Produzam Empregos”, mostra-nos que não será possível recuperar desta recessão económica com sucesso, sem que as desigualdades sociais sejam abordadas através de políticas bem delineadas.

O Relatório demonstra também que o crescente desemprego dos jovens, as desigualdades nos rendimentos provocadas pelos aumentos dos preços dos alimentos e do petróleo, bem como outras desigualdades sociais minam o apoio ao desenvolvimento de políticas que promovam o crescimento económico.

O Relatório apresenta dois cenários para os próximos 5 anos. No primeiro, onde não se verificam mudanças estruturais na política aplicada, mantém-se actual o contexto onde a retoma permanece instável, minando as perspectivas de emprego. O segundo cenário apresentado sugere uma nova orientação estratégica e uma nova abordagem, que se afasta do primeiro e onde se constrói um plano que responde às desigualdades sociais de forma adequada, apoiando o emprego bem como o crescimento económico sustentável. Tal estratégia é descrita como complexa e reconhece-se que a sua implementação enfrenta alguns obstáculos. O relatório demonstra, no entanto, que este objectivo pode ser alcançado, nomeadamente pela resistência á mudança de vários grupos.

A Turbulência dos Mercados, Emprego e agitação Social

Conclui-se, nesta temática, que o panorama económico global deteriorou-se significativamente desde 2010 com os principais indicadores a sugerir que o crescimento do emprego já está em desaceleração, e que tal facto se verifica já em quase 2 terços das economias desenvolvidas e em metade das economias emergentes. É-nos demonstrado que **será necessário criar 80 Milhões de Empregos para atingir as taxas de emprego pré-crise**. Existe ainda a previsão de que, com as actuais tendências, as Economias em geral não regressarão ao estado pré-crise antes de 2016.

Os dados disponíveis denunciam que este abrandamento da actividade económica surge numa altura crítica para os mercados de trabalho. Com 3 anos de crise, e apesar de alguns sinais encorajadores de recuperação em 2010, os desempregados que procuram trabalho começam, constata-se, a desmoralizar-se e estão a deixar o mercado de trabalho a título definitivo. Regista-se também o facto de que, em particular nas economias desenvolvidas e nos países Árabes, é cada vez mais difícil obter um emprego estável, com perspectivas de carreira aceitáveis/dignas – muitos dos novos empregos são inseguros e precários, reflectindo as perspectivas de incerteza económica que as empresas enfrentam.

A situação do emprego entre os jovens é especialmente problemática.

Outro dado importante que consta da pesquisa realizada é o facto de que a incapacidade de gerir a crise de emprego levou a um aumento significativo do descontentamento social. Estima-se que 40% dos 119 Países (os Países com informação disponível) enfrentam a perspectiva de uma maior agitação social. O risco estimado desta agitação social é maior nos países com economias desenvolvidas, no Médio Oriente, no Norte de África e, em menor medida, também na Ásia. Por contraste, a agitação social parece ter estabilizado na África subsaariana e na América Latina.

Além do exposto, em 50 dos 99 países (com dados disponíveis), os inquiridos indicam que a sua confiança nos governos nacionais está em declínio, estando a falta de bons empregos no centro destes desenvolvimentos, o Relatório mostra que estas tendências estão fortemente ligadas à situação do emprego e à percepção de que o ónus da crise é partilhado de forma desigual.

Finalmente, este capítulo conclui que a deterioração das condições conjunturais do mercado de trabalho bem como a sua subsequente erosão do clima social ameaçam destruir a recuperação económica. Tal cenário pode ser evitado se a criação de emprego for colocada no topo da agenda política, e com urgência. De facto, são analisados alguns dos países que apostaram neste o caminho, verificando-se que estão a demonstrar resultados e estão a ser recompensados nomeadamente no que diz respeito ao emprego.

Fazer com que os Lucros trabalhem para o Investimento e Emprego

Considera-se que os ganhos anteriores à crise foram distribuídos de forma desigual. Reporta que, entre os anos de 2000 e 2009, de entre os 56 Países (com informação disponível) que representam 90% do PIB Mundial, mais de 83% beneficiou de um aumento do peso dos lucros no PIB, contudo. Este relatório demonstra ainda que enquanto isto acontecia, o aumento da produtividade em percentagem do PIB estagnou a nível mundial, assim, esta desconexão entre o crescimento dos lucros e do investimento produtivo reflecte três factores principais.

- 1) Grande parte do aumento dos lucros acumulados foi dirigida ao sector financeiro e por vezes para movimentos especulativos, entre 2000 e 2007, nas economias desenvolvidas, os lucros do sector financeiro cresceram anualmente 13%, por comparação com os lucros do sector não financeiro (ou seja, a economia real) foram de apenas 6% anuais.

Nas economias quer emergentes, quer em desenvolvimento, os números são cerca de 85% e 20%, respectivamente. Os lucros do sector financeiro desceram ligeiramente em 2008-09, porém desde então recuperaram fortemente tanto em termos absolutos e como no contexto dos lucros na economia real. De facto, o sistema financeiro parece estar a recuperar bem da crise.

- 2) Nas economias desenvolvidas, os lucros das sociedades não financeiras têm sido cada vez mais usados para pagar dividendos e investir em activos financeiros, em vez de serem condicionados para investimentos produtivos. Em 2009, mais de 36% dos lucros foram distribuídos em forma de dividendos; por comparação, o valor em 2007 foi de pouco menos de 35% e menos de 29% em 2000. Além disso, o total de activos financeiros das empresas não financeiras nas economias avançadas aumentou de 81,2% do PIB em 1995 para 132,2% do PIB em 2007.

Devido à crise financeira, houve um declínio em 2008 e 2009, mas os dados de 2010 demonstram que há uma tendência crescente em investimento financeiro realizada por sociedades não financeiras nas economias desenvolvidas.

- 3) O investimento produtivo nas economias desenvolvidas tem sido dificultado pela conjugação de perspectivas incertas de procura aliadas a apertadas condições de crédito, que afectam sobretudo as PME (pequenas e médias empresas) de forma desproporcional, assim como acontece também com as famílias. Na União Europeia, a percentagem líquida de bancos que reportam uma maior restrição dos critérios de empréstimos manteve-se positiva ao longo de 2011. Nos Estados Unidos, a percentagem líquida de bancos que reportaram um aperto na concessão de crédito aumentou no terceiro trimestre de 2011 para as PME. Hoje, o financiamento à economia é, em Portugal, um dos problemas e desafios mais graves da nossa economia.

É também importante assegurar uma ligação mais estreita entre lucros e investimentos proveitosos são absolutamente cruciais para criação de emprego.

Se o investimento do sector privado tivesse crescido ao mesmo ritmo do PIB durante o período compreendido entre os anos de 2000 a 2009, o emprego no sector privado, nas economias desenvolvidas, teria sido superior em 5,8 milhões de postos de trabalho em 2009. Da mesma forma, existem oportunidades de investimento significativo nas economias emergentes e em desenvolvimento com um grande potencial em termos de perspectivas de empregabilidade, nomeadamente nas áreas rurais e da agricultura.

O Peso dos Rendimentos do Trabalho: Potencial contribuição para sair da crise financeira

Desde há várias décadas, o peso dos Rendimentos do Trabalho tem perdido terreno para o capital. O peso dos salários – a parcela dos proveitos nacionais que vai para o trabalho - tem diminuído em quase três quartos dos 69 países (para os quais existem dados disponíveis). A queda do peso dos salários é mais pronunciada nas economias emergentes e em desenvolvimento do que nas mais avançadas. Mas, ainda assim, esta queda é bem visível no âmbito da União Europeia. O declínio da participação dos salários tem sido muito mais significativa para os trabalhadores não qualificados do que para os trabalhadores qualificados. Contrariamente às previsões existentes, que previam que "a moderação salarial" iria ajudar a

criar empregos, há indícios que o declínio da participação dos salários não só não tem estado associado a uma melhoria das taxas de desemprego, como tem conduzido, em alguns casos, à deterioração das condições de vida.

O declínio do peso dos salários reflecte as dinâmicas mundiais, bem como mudanças institucionais e reformas no mercado de trabalho. O aumento da integração económica, nomeadamente a globalização financeira, tem sido um grande impulsionador da queda do peso dos salários nas economias desenvolvidas. Numa perspectiva global tem-se verificado algum decréscimo na densidade sindical e na cobertura da negociação colectiva, estes factores, aliados às crescentes pressões competitivas sobre as pequenas empresas, tendem a enfraquecer, globalmente, o poder negocial dos trabalhadores sobre a distribuição dos rendimentos. Está provado que reforçar os direitos da negociação colectiva e os esforços para combater o emprego informal têm sido eficazes na manutenção do peso dos salários em alguns casos na América Latina.

Travar o declínio do peso dos salários é essencial à recuperação da crise económica global, num caminho mais sustentável. Uma estratégia de criação de rendimentos teria efeitos expansionistas sobre a procura total e sobre o emprego, sem, com isso, agravar os défices orçamentais. Esta abordagem política teria que levar em conta as circunstâncias específicas de cada país. No entanto, há provavelmente uma maior facilidade em aplicá-lo em países com superávits, como são exemplo a China, Alemanha, Japão e a Federação Russa, do que propriamente nos países deficitários.

Mas para além da crise, são necessários mecanismos de determinação de salários mais eficazes para promover um crescimento mais equilibrado e equitativo.

Investir na Segurança Alimentar como motor para melhores empregos

Tendo em conta a tendência de crescimento do preço dos alimentos, urge examinar a empregabilidade e os impactos da distribuição desta tendência nos países em desenvolvimento. O aspecto positivo consiste no facto de que os preços dos alimentos podem, em teoria, beneficiar as economias emergentes ou em desenvolvimento, pois muitas delas têm uma grande proporção da sua força de trabalho está na agricultura (o "efeito rendimento agrícola"). O aspecto negativo consiste na possibilidade dos preços dos alimentos podem agravar as desigualdades distribuição de rendimentos acima identificados e de criarem

pobreza no seio dos grupos mais vulneráveis, tais como compradores líquidos urbanos e pequenos proprietários rurais (o "efeito pobreza").

Conclui-se que o "efeito rendimento agrícola" tem sido diminuto.

Em primeiro lugar, os ganhos provenientes de preços alimentares mais altos foram acumulados desproporcionalmente entre os intermediários e os operadores dos mercados financeiros, em vez de serem acumulados pelos pequenos produtores. De facto os produtos alimentares tornaram-se um dos principais produtos financeiros negociados.

O valor investido em fundos de matérias-primas subiu nos EUA de 13 biliões de Dólares em 2003 para 352 biliões de Dólares em Maio de 2011. As taxas de retorno dos fundos de matérias-primas dos sete grandes investidores em 2011 variam entre os 6% e os 38%. O total de retorno de um dos grandes fundos aumentou em 84% entre 2003 e 2008. Em geral, durante o mesmo período, os preços pagos aos produtores de alimentos aumentou muito menos. Por exemplo, os preços ao produtor dos alimentos "básicos" aumentaram entre 10% e 20% no Brasil, Camarões e no Mali e entre 10% e 30% no Burkina-Faso, Etiópia e Quênia.

Em segundo lugar, devido ao facto de que os preços dos bens alimentares são muito voláteis; qualquer aumento do rendimento agrícola é percebido pelos produtores (especialmente os pequenos) como temporário. O preço dos bens alimentares foram duas vezes mais voláteis entre 2006 e 2010 do que nos 5 anos antecedentes. Consequentemente, os produtores não têm um futuro estável que lhes permita investir no aumento de produção agrícola, o que leva ao perpetuar a escassez de alimentos.

Há relevantes evidências que existe um efeito (negativo) de empobrecimento associado aos preços mais altos dos alimentos. Em quase metade dos países o peso dos gastos com alimentação no rendimento/orçamento familiar entre o quintil mais pobre da população é superior a 60% (que variam dos 38% na América Latina e os 70% na Ásia e 78% em África). Assim, conclui-se que um aumento adicional de 30% nos preços dos produtos alimentares pode aumentar os índices de pobreza em três pontos percentuais nos países com escassez crónica de alimentos, como o Bangladesh, a Indonésia, o Malawi, o Nepal e Vietname. Como agravante, estima-se, ainda, que este hipotético aumento de 30% nos preços dos produtos alimentares irá exigir que os trabalhadores com baixos salários encontrem um emprego adicional - o que equivale a uma semana adicional de trabalho por mês - para poderem manter os seus padrões de vida.

Esta análise confirma os apelos de outras agências, como o da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), para impulsionar o investimento público na agricultura. Mas também é salientada a necessidade de reduzir a volatilidade dos preços dos produtos alimentares, de modo a reforçar o "efeito Rendimento agrícola". Desta forma, é fundamental que a especulação financeira nos produtos alimentares seja controlada, exigindo nomeadamente a regulação de contratos derivados de produtos, possivelmente até, através da imposição de um imposto sobre tais transacções.

Reforma tributária para melhorar a recuperação do emprego e da equidade

Dada a incidência no discurso político da necessidade de estímulo à consolidação, urge expor uma visão geral das medidas governamentais que poderiam ser tomadas com vista a apoiar a redução da dívida, criando simultaneamente espaço para programas "pró-emprego" e abrindo caminho a padrões de crescimento equitativos.

No seguimento da crise global, o aumento das despesas, aliado à queda nas receitas, empurrou, em 2009, o deficit fiscal para os 5,2% nos países desenvolvidos e para os 3,7% países em desenvolvimento. Além disso, os sistemas fiscais tornaram-se menos progressivos, colocando uma carga mais pesada sobre o investimento real e sobre o emprego do sobre as demais actividades, tais como os lucros financeiros ou sobre a propriedade.

Conclui-se que a estrutura fiscal quer a dos países desenvolvidos quer a dos países em desenvolvimento (ou emergentes) mudou consideravelmente ao longo da última década. Particularmente, desde que se deu a crise global tem havido uma crescente dependência das receitas fiscais nos impostos indirectos e nas contribuições sociais para a criação de receitas. Este facto cria uma carga extraordinária para as famílias mais pobres e para os trabalhadores. Ao mesmo tempo, tem sido observada uma tendência de queda nos impostos sobre os rendimentos mais altos e nas taxas de IRC.

Pelo menos na última década, verificou-se que 43% dos países diminuíram as suas taxas máximas de imposto sobre os rendimentos mais altos no período compreendido entre 2000 e 2008, enquanto que 70% dos países diminuíram as taxas de IRC durante esse mesmo período. Verificou-se ainda que, ainda no período de 2000 a 2008, 30% dos países aumentaram os seus impostos em sede de IVA.

É, assim, necessário ampliar a receita fiscal, estudando opções mais inovadoras visando o financiamento de programas "pró-emprego". Se estes programas forem correctamente

delineados, a implementação de impostos tais como o imposto sobre a propriedade e impostos, enquanto que as transacções financeiras e os impostos sobre a actividade poderiam contribuir para travar alguns dos riscos excessivos que levaram à volatilidade dos mercados, particularmente no mercado agrícola.

Contudo, continua a ser necessária cooperação internacional para melhorar o cumprimento e reduzir o risco de fraude e evasão fiscal. Os Fluxos de capitais ilícitos ligados à evasão fiscal estão estimados em cerca 700 biliões de dólares anuais nos países emergentes e em cerca de 355 Biliões de dólares anuais na Europa. Esta é uma questão que deve ser tratada como parte do processo do G20.

Políticas de Emprego eficazes sob fortes restrições fiscais

Os Países têm alargado a sua área fiscal para lidar com as consequências da crise global. Nas economias desenvolvidas do G-20, a dívida pública atingiu, em média, 79% do PIB em 2011, face aos 56% registados em 2007. Já nas economias emergentes, os números registados são de 40% e 36% respectivamente.

Assegurar a consolidação orçamental tornou-se, assim, uma grande prioridade a médio prazo para um grande número de países. Ao mesmo tempo, porém, é crucial para as economias desenvolvidas estimularem o emprego, e para os países emergentes e em desenvolvimento estimularem empregos e protecção social. Estas políticas de emprego podem exigir alguns gastos no curto prazo, mas está demonstrado que, se bem concebidas, vão dar novo ímpeto ao processo de recuperação e, simultaneamente, vão ajudar a apoiar os objectivos orçamentais a médio prazo. Quando complementados com uma base tributária adequada os programas de emprego são uma componente crucial para uma estratégia de recuperação sustentável.

Tendo por base quatro simulações produzidas pelo modelo de Relações Económicas Globais é demonstrado que:

1. Os cortes na despesa que levam a um aumento do desemprego tendem a erodir a base tributária, a exercer uma pressão crescente sobre os orçamentos sociais e, assim, a reduzir significativamente, e em alguns casos, a eliminar totalmente a poupança pretendida.

2. As chamadas “políticas activas do mercado de trabalho”, que, efectivamente, apoiam a procura de emprego entre os trabalhadores desempregados - podem impulsionar a participação no mercado de trabalho. Estima-se que um aumento nos gastos de apenas 0,5% do PIB com as políticas activas de emprego aumentará o emprego entre os 0,2% e os 1,2% no médio prazo. Este resultado surge porque as políticas activas do mercado de trabalho têm um duplo benefício: Por um lado, estimulam a procura e, por outro, melhoram a compatibilidade entre candidatos a emprego e as vagas que surgem como resultado do aumento da procura e oferta.

3. Subsídios de desemprego cuidadosamente delineados podem não só fornecer um muito necessário apoio ao rendimento, mantendo os trabalhadores ligados ao mercado de trabalho e, mas podem também, se articulados com medidas activas de emprego tais como a formação profissional, prevenir ainda a erosão de competências. Assim sendo, benefícios sociais dessa natureza podem acelerar a recuperação do emprego bem como a redução do desemprego no curto prazo. Além disso, a médio prazo, um apoio inicial em momentos de crise compensa tanto ao produzir um risco reduzido de exclusão do mercado de trabalho e ao originar ganhos de produtividade.

4. A qualidade do diálogo social é importante. Em particular, uma negociação colectiva eficiente ajuda a melhorar a reacção do emprego face medidas macroeconómicas. O impacto no emprego chega a duplicar face a situações onde não existe um diálogo social eficaz. Isto porque, em certos casos, as estruturas de trabalhadores e empregadores podem ajudar a melhorar o desenho de medidas de emprego, assegurando, ao mesmo tempo, apoio social a estratégias “pró-emprego”, podendo também introduzir necessárias condições de adaptabilidade nas empresas para poderem enfrentar os desafios.

Nota: Pode aceder relatório original através da seguinte ligação

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_166021.pdf

Anexo

A Turbulência dos Mercados, Emprego e agitação Social

